

MULHERES, TRÂNSITOS E PERTENCIMENTO: ANÁLISE DE UMA GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES (2019), DE DAY RODRIGUES

Autora: Karolyne Mendes Gomes
Mestranda do Curso de Pós-Graduação em
Comunicação e Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: mendeskarolyne@gmail.com

Orientadora: Prof^ª Gabriela Santos Alves
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: E-mail: gabriela.alves@ufes.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as estratégias técnicas, estéticas e de ressignificação da ação feminina nos espaços urbanos das cidades brasileiras, apoiando-se no quadro teórico da teoria feminista contemporânea e tendo como objeto de estudo e de análise o documentário “Uma geografia das desigualdades”, de Day Rodrigues (2019), com realização da Oxfam Brasil. A obra aborda como as delimitações de território dos grandes centros urbanos refletem e reforçam cada vez mais a exclusão social e propõe discussões sobre o assunto a partir das vivências e questionamentos de personagens que vivem a cidade, como Joice Berthi, mulher negra, arquiteta e urbanista. O documentário aborda ainda como as relações de poder se dão no âmbito coletivo e de que maneira isso afeta os grupos marginalizados, fazendo recorte de mulheres. Nesse cenário, as mulheres negras e não negras se encontram vulneráveis e em situação de exclusão, principalmente quando transitam nos espaços urbanos, em que seus corpos deixam de serem seus para serem coletivos, para o deleite do olhar do outro. A ocupação dos centros urbanos por corpos de mulheres negras e não negras se torna um ato político ao passo em que as interdições implícitas a esses sujeitos se dão diariamente ao se transitar por estes espaços. O conservadorismo e o patriarcado andam juntos reforçando a exclusão feminina dos espaços públicos. Apoiando-se, principalmente, nas discussões abordadas na bibliografia de Djamila Ribeiro, Bell Hooks, Rogério Haesbaert e Silvana Oliveri, pretendeuse, a partir de uma ótica multidisciplinar, embasar teoricamente as questões apresentadas. A metodologia utilizada é a da análise fílmica e visa-se, também, expor a ação do cinema enquanto ferramenta de debate sobre questões de gênero.

Palavras-chave: cidade; documentário; teoria feminista.

INTRODUÇÃO

Uma pesquisa lançada em 2016 pela empresa internacional de pesquisas YouGov, encomendada pela Action Aid revelou que 87% das brasileiras entrevistadas já foram assediadas em espaços urbanos. Foram entrevistadas 2500 mulheres nas principais cidades do Brasil, Tailândia, Índia e Reino Unido. O Brasil tem o maior índice entre os países onde as mulheres mais relataram assédios em suas cidades. De acordo com as pesquisas, os assédios mais comuns são o assobio (65%), seguido de olhares insistentes (59%), comentários de cunho sexual (52%) e xingamentos (38%). Das mulheres entrevistadas no Brasil, 29% delas afirmaram ter sido seguidas nas ruas, 20% já tiveram seus corpos tocados, 29% disseram que homens já “se exibiram para elas”. Além disso, 86% das entrevistadas afirmou ter tomado alguma providência para se proteger, seja fazer um caminho diferente (55%), evitar parques e áreas mal iluminadas (52%) ou evitar transporte público (17%). Do total de mulheres entrevistadas, mais da metade, 52%, declarou que não procurou ajuda após as agressões; apenas 15% falaram sobre o assunto com a família; 10% fizeram denúncia em uma delegacia da mulher, e 8% em delegacias comuns; 8% procuraram a igreja, e 5% ligaram para o 190 da Polícia Militar.

Diante dos altos índices de violência contra mulher nos espaços públicos, a Lei 13.718 de 2018, publicada em setembro de 2018, incluiu no rol dos crimes contra a dignidade do Código Penal o crime de importunação sexual, que define como crime o “ato de praticar contra alguém, e sem sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

De acordo com estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a cada dez feminicídios registrados em 23 países da região em 2017, quatro ocorreram no Brasil. Naquele ano, pelo menos 2.795 mulheres foram assassinadas, das quais 1.133 no Brasil. O Atlas da Violência 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que a taxa de assassinatos de mulheres negras cresceu 15,4% na década encerrada em 2016. Ao todo, a média nacional, no período, foi de 4,5 assassinatos a cada 100 mil mulheres, sendo que a de mulheres negras foi de 5,3 e a de mulheres não negras foi de 3,1.

Nesse cenário, as mulheres negras e não negras se encontram vulneráveis e em situação de exclusão, principalmente quando transitam nos espaços urbanos, em que seus corpos deixam

de serem seus para serem coletivos, para o deleite do olhar do outro.

Entende-se que o funcionamento da sociedade patriarcal é uma das ferramentas do patriarcado, por sua vez compreendido como uma estrutura social e cultural excludente e que constrói práticas cotidianas a fim de favorecer sua perpetuação, e por consequência, as relações desiguais entre os gêneros, estabelecidas muitas vezes a partir de situações de violência, física e/ou simbólicas, contra as mulheres. Na luta pelo fim dessas desigualdades e discriminações, o feminismo e a teoria feminista constróem-se como um empenho ético e um movimento social que objetiva evidenciar as múltiplas formas em que essas práticas, ao que comumente chamamos de machismo, se entrelaçam e se reforçam mutuamente: leis, costumes, universo simbólico, instituições, categorias conceituais, organização econômica, mensagens midiáticas, novelas, filmes e etc (MONTEIRO, NAVARRO, 2002). O feminismo é, portanto, a luta por um direito humano universal e a teoria feminista, uma proposta teórica dentro dos estudos de gênero que busca elencar objetos e propor reflexões sobre temas ligados às desigualdades e discriminações sofridas pelas mulheres, na busca por igualdade de gênero.

Aliado ao movimento feminista, o cinema documentário é uma importante ferramenta para o debate e enfrentamento à violência de gênero no território urbano. O filme “Uma geografia das desigualdades”, de Day Rodrigues (2019), trata de como o espaço urbano pode ser hostil. Um espaço muitas vezes buscado como oportunidade, é um território perigoso para grupos marginalizados, principalmente mulheres. A obra aborda como as delimitações de território dos grandes centros urbanos refletem e reforçam cada vez mais a exclusão social e propõe discussões sobre o assunto a partir das vivências e questionamentos de personagens que vivem a cidade, como Joice Berthi, mulher negra, arquiteta e urbanista.

O documentário aborda ainda como as relações de poder se dão no âmbito coletivo e de que maneira isso afeta os grupos marginalizados, fazendo recorte de mulheres. Nesse cenário, as mulheres negras e não negras se encontram vulneráveis e em situação de exclusão, principalmente quando transitam nos espaços urbanos, em que seus corpos deixam de serem seus para serem coletivos, para o deleite do olhar do outro.

O documentário, o gênero da obra em questão, ao mesmo tempo interroga e desloca o nosso olhar sobre a cidade, fazendo reconhecer que não há “a cidade”, mas “cidades” cada vez diferentes (QUERIEN, 2001 apud OLIVERI, 2007).

Diante dos dados apresentados, a pergunta que é o fio condutor desta pesquisa é: a partir de que estratégias técnicas e estéticas o documentário ressignifica a ação feminina nos espaços

urbanos nas cidades brasileiras?

DESENVOLVIMENTO

Para fundamentar teoricamente esta pesquisa, serão utilizados como base os estudos de Oliveri (2007), Levebvre (2001), Haesbaert (2006) e Harvey (2004), entre outros autores.

Haesbaert (2006) destaca a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim enquanto locus de constante disputa de poder seja sob uma perspectiva de TERRA (TERRITORIUM), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de TERROR/ATERORIZAR (TERREO/TERRITOR), onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

Para Levebvre (2001), existe a fala da cidade, existe a língua da cidade, existe a linguagem urbana e existe a escrita da rua. Para cada uma, a vivência ocorre de modo diferente para homens e mulheres, uma vez cada um tem a sua percepção desse espaço.

Existe a fala da cidade: aquilo que acontece nas ruas, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a língua da cidade: as particularidades próprias numa tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras, e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a linguagem urbana, que se pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário (empregando aqui a terminologia de Hjemselev e Greimas). Finalmente, existe a escrita da cidade, aquilo que se inscreve e se prescreve-se em seus muros, nas disposições dos lugares e no seu encadeamento, em suma, emprego do tempo na cidade pelos habitantes dessa cidade (LEVEBVRE, 2001).

Para Silvana Oliveri (2007), os documentários estabelecem uma relação mais direta e imediata com o mundo em que vivemos do que a ficção, e desde os primórdios retrata as cidades, abordando a variedade dos aspectos da vida urbana. O retrato das cidades pelo documentário nos leva a enxergar esse território por outra ótica, leva ao questionamento e olhar crítico. Território esse tão hostil para mulheres.

Hooks (1992) seu texto “O olhar opositor” diz que o olhar é algo político e poderoso. Subordinados nas relações de poder, aprendem pela experiência que existe um olhar crítico, aquele que “olha” para registrar, aquele que é opositor.

Oliveri (2007) cita Jean Louis Comolli (1997) que sugere que “o cinema seria uma das melhores ferramentas para duvidar da realidade das coisas que se expõe ao olhar”. O que se propõe é o questionamento pelo olhar através do documentário.

O que se pretende então é a partir de uma ótica multidisciplinar, uma junção de cinema e arquitetura, comunicação e território, propor uma discussão sobre a existência e resistência dos corpos femininos a este território. Cinema com um espaço de debate e reflexão. “O espaço do cinema”, aqui, não seria a sala de projeção, mas o espaço fílmico, ou seja, o ambiente criado pela experiência fílmica (GUATTARI, 1993 apud OLIVERI, 2007).

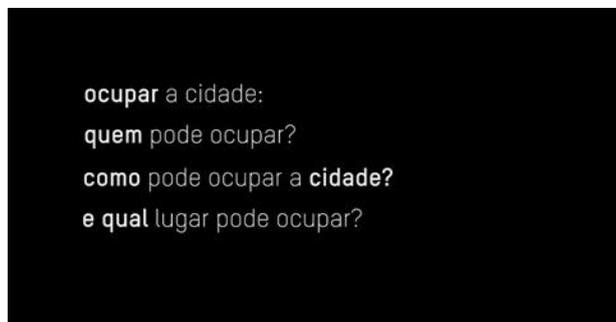
A metodologia utilizada é a da análise fílmica e visa-se, também, expor a ação do cinema enquanto ferramenta de debate sobre questões de gênero.

RESULTADOS

A escolha pelo gênero documentário já é uma escolha técnica importante para o debate apresentado. Para Silvana Oliveri (2007), os documentários estabelecem uma relação mais direta e imediata com o mundo em que vivemos do que a ficção, e desde os primórdios retratam as cidades, abordando a variedade dos aspectos da vida urbana. O retrato das cidades pelo documentário nos leva a enxergar esse território por outra ótica, levando ao questionamento e olhar crítico. O documentário se inicia com a narração de Day Rodrigues e uma tela preta com a data e, em seguida, há um plano com *tilt* apresentando o espaço urbano que será retratado: espaço esse que, ao mesmo tempo que se mostra como um lugar de oportunidades, pode ser intimidador. A escolha estética de iniciar o filme desta forma já aproxima o espectador para o assunto que será tratado durante todo o filme. Posteriormente, é possível ver Joice Berthi, arquiteta e urbanista negra, a personagem que acompanhamos durante todo o filme. Joice é apresentada caminhando pela cidade com Day, numa conversa, enquanto discutem as desigualdades das cidades. A escolha de fazer essa apresentação com a câmera na mão também proporciona uma experiência mais próxima entre o espectador e a obra.

Numa tela preta, os questionamentos de Berthi aparecem em lettering e sua fala em *off*, conforme a Figura 1. Esta escolha técnica aparece como forma de voltar toda a atenção do espectador para a importância daquela fala.

Figura 1 - Fala da personagem Joice Berthi.



Fonte: RODRIGUES, 2019.

De acordo com Harvey (2004):

O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações.

A escolha das personagens e o recorte da locação fazem parte de estratégias técnicas e estéticas. O tema denso tratado no filme é posto em evidência ao usar *closes* para prender a atenção do espectador. O diálogo que se dá entre Joice e Day caminhando pela cidade, demonstra que aquele espaço que está sendo ocupado por elas, que aquele espaço também as pertence, conforme as Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Joice e Day caminham pela cidade.



Fonte: RODRIGUES, 2019.

Figura 3 - Close de Joice.



Fonte: RODRIGUES, 2019.

A montagem do filme é construída pelas falas de Joice, Day e imagens da cidade de São Paulo. A escolha em deixar falas dos bastidores também reforça o convite à aproximação. Comolli (1997 apud OLIVIERI, 2007) sugere que “o cinema seria uma das melhores ferramentas para duvidar da realidade das coisas que se expõe ao olhar”. O que se propõe é o questionamento pelo olhar através do documentário.

A narração de Day Rodrigues traz relatos de experiências pessoais, como a sua chegada a São Paulo, e traz o conceito de “uma geografia das exclusões”. Haesbaert (2003) destaca a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim enquanto lócus de constante disputa de poder seja sob uma perspectiva de TERRA (TERRITORIUM), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de TERROR/ATERROZAR (TERREO/TERRITOR), onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

Joice levanta questionamentos acerca do conservadorismo como ferramenta de manutenção de práticas de exclusão, sendo a lógica do pensamento brasileiro. “Ser uma mulher negra que contesta essas frentes é também jogar na cara das pessoas o conservadorismo aberto tal qual ele é”, diz Joice. Hooks (1992) em seu texto “O olhar opositor” diz que o olhar é algo político e poderoso. Subordinados nas relações de poder, aprendem pela experiência que existe um olhar crítico, aquele que “olha” para registrar, aquele que é opositor.

Diz Ribeiro (2017, p. 37):

Existe um olhar colonizador sobre os nossos corpos, saberes e produções, e para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem.

Joice diz que vivemos em um modelo de poder excludente, que nasceu para privilegiar uns e apagar outros. A partir de uma perspectiva racial, Joice e Day fazem o questionamento sobre privilégios. “Privilégio é algo que você dá para uma pessoa que torna a vida dela mais fácil [...] Você ter uma cor de pele que favorece pra você todos os caminhos e todas as coisas que você quiser fazer”.

O filme finaliza com uma fala potente de Day Rodrigues: “Assim aos nossos olhares marcados pela racialidade imposta, como ensinam nossas ancestrais, sejamos marcadas pelas nossas práticas: da dor à cura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o funcionamento desta sociedade patriarcal se dá pela manutenção das práticas do patriarcado, silenciamento das mulheres e o conservadorismo como pretexto para as interdições das ações femininas nos espaços públicos. Os altos índices de violência contra a mulher no Brasil, principalmente contra mulheres negras, acendem o alerta para haja o debate e o entendimento de formas de como combater este problema.

O embasamento na teoria feminista possibilita a abordagem de pautas pertinentes às discussões. Neste contexto, o cinema de documentário surge como potencialidade narrativa para promover e democratizar os debates sobre o direito e vivência das mulheres à cidade, uma vez que o audiovisual é uma ferramenta acessível à diversos públicos.

As escolhas técnicas e estéticas feitas por Day Rodrigues na realização do documentário, foram capazes de enriquecer e promover a acessibilidade ao debate sobre mulheres e direito à cidade. Quando se trata do espaço urbano e de suas inúmeras formas de interdições aos corpos femininos, o documentário possibilita, através da imagem, a vivência daquele espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONAID. 87% das brasileiras foram assediadas no último mês, afirma ActionAid. 25 nov. 2016. Disponível em: <https://actionaid.org.br/na_midia/87-das-brasileiras-foram-assediadas-no-ultimo-mes-afirma-actionaid/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da

ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>. Acesso em: 06 ago. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível:** A vitimização de mulheres no Brasil. 3 ed. São Paulo: 2021.

Preocupação com aumento de feminicídios no Brasil motiva debate na CDH

AGÊNCIA SENADO. **Preocupação com aumento de feminicídios no Brasil motiva debate na CDH.** Disponível em

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/17/preocupacao-com-aumento-de-feminicidios-no-brasil-motiva-debate-na-cdh.>> . Acesso em: 06 ago. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

DAVID, HARVEY. **Direito à cidade.** Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília.

HOOKS, Bell. **Olhares negros:** Raça e representação. São Paulo: Elefante. 2019

LEFEBVRE. Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MONTERO GARCÍA-CELAY, M^a Luisa, NIETO NAVARRO, Mariano. **El patriarcado: una estructura invisible. Julho de 2002.** 11 páginas. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/88485809/El-Patriarcado-Estructura-Invisible>>. Acesso em: 09 de nov. 2021.

OLIVIERI, Silvana Lamenha Lins. **Quando o cinema vira urbanismo:** O documentário como ferramenta de abordagem da cidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.